

AS APARÊNCIAS ENGANAM: SOBRE A MODERNIZAÇÃO PÓS-MODERNA, A DESTRUIÇÃO DO MODERNO E A RECAÍDA NO TRADICIONAL (*)

Andreas Novy (**)

A ideia de escrever este artigo surgiu na campanha presidencial de 1989, na qual o Sr. Collor de Mello se apresentou como um candidato moderno — o ex-governador de um dos estados mais atrasados poderia trazer a modernidade?! Para entender esta confusão ideológica, parecia-me necessário ir além das «aparências», analisando os conceitos cruciais na actual conjuntura brasileira. Neste artigo pretendo reflectir sobre a desorganização da sociedade e da economia brasileira em nome dessa chamada «modernização». Objectivo partir do conceito de desorganização usado por Lash e Urry (1987). Para eles desorganização não significa necessariamente menos organização, mas a desestruturação de um modelo organizacional baseado no nível nacional. Tal modelo de organização nacional é chamado por muitos «Fordismo» e por David Harvey «Fordismo moderno», assim mostrando a afinidade do modernismo como época cultural e do fordismo como fase capitalista.

Actualmente está de novo na moda falar de «fases de desenvolvimento», saindo do tradicional para o moderno até ao pós-moderno. Contrariamente a esta visão evolucionista, vejo tradição, modernidade e pós-modernidade como níveis que se sobrepõem um ao outro. O «velho» como nível continua sempre a existir. O «novo» sempre inclui o «velho» na sua concretização (v. Massey, 1984). Assim a modernidade brasileira está influída da sua tradição autoritária (¹). Também a pós-modernidade brasileira está tão difusa porque a modernidade nunca aconteceu tão profundamente no Brasil como na Europa. Por isso o Brasil contemporâneo tem tantos elementos tradicionais, modernos e pós-modernos. O meu argumento principal é o de que a modernização pós-moderna dos neoliberais está a tentar destruir os sectores modernos sem conseguir mostrar uma alternativa e, portanto, contribuindo para recair nos velhos esquemas da sociedade escravagista. Temo que a aparência de mudança que a modernização pós-moderna traz oculta o que acontece de verdade: a volta de uma sociedade ainda mais dividida, uma sociedade pós-moderna de «senhores»: os senhores herdeiros da elite latifundiária são hoje aqueles que podem participar da sociedade consumindo; e os «isolatrabalhadores» são os filhos dos escravos e servos, que têm liberdade formal, mas são excluídos da

(*) Este artigo é uma versão adaptada e sintetizada de um artigo alemão publicado na revista austríaca *Journal für Entwicklungspolitik*, 1/92.

(**) Universidade de Economia de Viena.

(¹) Também existe outro lado da tradição brasileira, uma história «subterrânea», uma cultura popular: Zumbi, Lampião, padre Cícero, etc. Mas neste artigo não se entrará nestas questões.

participação efectiva na sociedade pela sua incapacidade de consumir. Quero investigar isso mais profundamente nas áreas da cultura e da economia para depois poder reflectir as consequências políticas desse processo de reestruturação.

1 — Cultura

O modernismo europeu foi uma revolução cultural que queria romper com o passado. Baseada nos valores do iluminismo — liberdade, igualdade e solidariedade — e do modelo tecno-economista — homogeneização, racionalidade e planeamento —, ela queria criar uma sociedade nova, melhor. O movimento modernista entrou no Brasil nos anos 20. Só nessa época se começavam a implantar não somente as ideias (Schwarz, 1973) mas a prática das ideias modernas. O movimento modernizador no Brasil queria romper com o passado autoritário, rural e particularista. O instrumento adequado para isso parecia ser para muitos o Estado nacional. Já que não existia sociedade civil que fosse capaz de lançar um projecto de modernização, restava só o Estado para o implantar. Nessa época, intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda (1983), viam na falta de capacidade de organização a raiz do subdesenvolvimento. O único actor que lhes parecia capaz de criar uma forma de organização social era o Estado nacional. Por isso a modernidade esteve sempre passo a passo com o nacionalismo — a ideologia justificando o regime nacional-popular.

O *populismo*, que se instalou na década de 30, foi a concretização do movimento modernista com uma realidade ainda bastante autoritária e personalista. Assim surgiram os líderes populistas como implementadores da modernidade, mas de uma modernização incompleta, de um rompimento incompleto e de uma revolução somente parcialmente sucedida. Mas esta ambivalência do movimento modernista também foi característica nos países industrializados. Getúlio Vargas, o primeiro Presidente que falou no rádio para todos os brasileiros, usou as velhas técnicas clientelistas para segurar o seu poder. Por outro lado, implantou um Estado de bem-estar e organizações populares (embora fossem fortemente ligadas ao Estado nacional). Surgiram também outras instituições modernas, como a escola pública e as universidades; formou-se uma «opinião pública, um espaço colectivo de discussão, onde os rumos do desenvolvimento do país seriam precedidos pela negociação política entre os diversos sectores que o compõem» (Avelino Filho, 1987, p. 36).

Hoje no Brasil novo de Collor de Mello fala-se de uma modernização totalmente diferente dessa dos anos 30. Enquanto o movimento modernista dos anos 30 tinha um projecto base em valores emancipantes, a modernização de hoje perdeu qualquer conteúdo concreto. Essa *modernização pós-moderna* consiste na concordância com o actual; é uma ideologia que privilegia o presente — moderno é o que está na moda (o superactual) (Ortiz, 1990). A moda, por sua vez, está determinada pelos centros de consumo mundial. Para lá se olha hoje. A direita até rompeu com o seu compromisso nacional tradicional e vê na internacionalização o seu futuro. Mas o progresso prometido por essa modernização não tem nenhuma referência ao progresso dos movimentos modernistas que queriam acabar com o autoritarismo, a pobreza e a ignorância. A modernização pós-moderna separa totalmente o seu discurso de progresso

da realidade brasileira. As mudanças só acontecem nas aparências, enquanto as estruturas arcaicas se fortalecem. Em mais de dois anos, o presente governo não fez nada para melhorar a situação no país nas áreas de saúde, educação e habitação. Ao invés disso, o Presidente mostra com os seus lazes de fim-de-semana onde o Brasil vai chegar: o Brasil pós-moderno será um país de consumo de luxo. Aparência e discurso substituem o conteúdo de um programa político.

Collor, apoiado pelos *media*, representa uma *estetização da política* nunca antes alcançada de perto no Brasil, uma separação de forma e conteúdo (Sallum Jr. *et al.*, 1990). Os seus discursos sentimentalistas sobre os problemas do dia-a-dia da nação sensibilizam os corações... A política de arrocho salarial é da responsabilidade dos seus ministros. No começo, o efeito *teflon* do Presidente Reagan também funcionou para Collor de Mello: a população rejeitava o seu programa, mas a sua pessoa não era tão impopular (Harvey, 1989, p. 330). A personalização da política neoliberal num líder não é somente um epifenómeno, mas parece crucial nas actuais culturas pós-modernas, como se pode verificar na América Latina com Carlos Menem e Salinas.

A rejeição de organizações grandes, especialmente do Estado, e a ênfase na criatividade individual representam um lado simpático do pós-moderno. Contra o desejo unificador do moderno coloca-se a pluralidade (Jameson, 1991). Mas a sua realização fica dentro dos patamares do mercado que determina que expressões de pluralidade são aceitáveis. O que não tem preço sai do mundo da mercadoria; quem não tem dinheiro sai do mundo dos cidadãos consumidores. Assim, *a pós-modernidade é uma recaída no individualismo possessivo* na sua forma tradicional (MacPherson, 1962). A possibilidade de escolher entre uma diversidade de formas de vida depende do dinheiro. Por isso grande parte da população só pode admirar nas propagandas a pluralidade de consumo, sem poder consumir nada. A cultura pós-moderna tem uma forte ligação com a vida material. Se para participar da cultura pós-moderna se precisa de dinheiro, precisamos de analisar as mudanças económicas na actual fase do capitalismo para melhor entender as mudanças culturais já descritas.

2 — Economia

O modernismo como movimento cultural encontrou no Fordismo o seu modo de regulação político-económico (2). Fordismo é uma adaptação do consumo e da produção que permite um compromisso viável numa sociedade capitalista. Fordismo é mais do que o Taylorismo, que só representa uma forma de organização da produção; a produção em massa. *Fordismo é a produção em massa pelo consumo em massa*. No Brasil o Fordismo só se implantou como fordismo periférico, produzindo em massa só para o mercado de consumo da classe média e dos trabalhadores qualificados, deixando a maioria da população

(2) A escola de regulação (Lipietz, 1986; Lash e Urry; 1987; Harvey, 1989) é a teoria adequada para analisar o problema aqui tratado, como se tenta integrar o económico com os outros aspectos sócio-políticos.

de fora (Lipietz, 1986). Mas apesar disso cresceu a importância da *indústria* na economia brasileira, representando 37 % da produção nacional em 1980, embora somente 15,7 % da população fosse empregada na indústria (Geiger/Davidovich, 1986, p. 288).

No Brasil o agente principal do Fordismo é o Estado nacional.

Enquanto na Europa outros actores nacionais, como sindicatos e empresas, tinham muita importância, no Brasil o Estado nacional dominava tudo. A *política de substituição de importações* representa uma forma de keynesianismo latino-americano (Lehmann, 1990). A sua característica básica era o planeamento (Oliveira, 1987). Enquanto o Estado estava mais envolvido na distribuição na Europa (Estado de bem-estar), ele mexia mais na produção no Brasil (as estatais). Mas no Brasil também se criou um Estado de bem-estar pelos trabalhadores no sector formal (Draibe, 1990).

O Fordismo caracteriza-se pelo domínio do mundo do trabalho sobre o mundo vivenciado. São representantes do capital e do trabalho que formam os membros do *corporativismo* nacional, fortemente centrado no Estado nacional no Brasil. Apesar do corporativismo nacional, introduzido por Vargas, copiando o sistema fascista da Itália, existe no Brasil também um corporativismo local, como, por exemplo, na indústria automobilística no ABC paulista.

Uma das características principais do desenvolvimento actual é a *crise do Estado nacional* (Larh e Urry, 1987). Começando nos anos 70, a política económica nacional perdeu a sua capacidade de agir. Isso é resultado da desorganização da regulação nacional *de cima* — globalização, *de baixo* —, descentralização — e *de dentro* — sociedade de serviços.

Empresas multinacionais tornaram-se organizações supranacionais sem compromissos com os lugares onde produzem⁽³⁾. Elas criam novas formas supranacionais de cooperação, substituindo a organização nacional do Fordismo. Na Europa aproveitam-se da Comunidade Europeia, sediada em Bruxelas, onde conseguem influir até mais eficientemente nas decisões do que os próprios membros da Comunidade. A política monetária está hoje cada vez mais determinada pelos mercados financeiros globais e o FMI substitui os Estados na negociação das dívidas.

No Brasil esse processo de globalização reflecte-se no problema da dívida externa. Essa *crise no sector monetário* forçou uma *mudança na regulação do sector real*, pois a política de substituições de importações está cada vez mais ameaçada pela necessidade de criar divisas e da abertura dos mercados. O papel do Estado também está ameaçado porque a sua capacidade de investir está fundamentalmente cortada. Isso tem a ver com a oficialização da dívida externa (Sangmeister, 1989, p. 76) que impede investimentos do Estado no sector produtivo e social. Já na época da escravidão, *especular foi mais honroso que acumular*.

Essa incapacidade da elite de investir foi sempre vista como um dos obstáculos principais ao desenvolvimento (Furtado, 1975; De Holanda, 1989).

⁽³⁾ De 35 % a 45 % do comércio mundial acontecem entre filiais de multinacionais (Lash e Urry, 1987).

Infelizmente os processos de globalização estão a promover exactamente esses vícios tradicionais brasileiros.

A necessidade da *abertura de mercado*, resultado forçado do endividamento, é um processo muito problemático, como o exemplo de outros países latino-americanos já mostrou (Feldmann, 1990, B2). A estratégia neoliberal é, de certa maneira, o contrário da política de substituição de importações, porque privilegia o consumo em detrimento da produção. Os processos de *desindustrialização*, resultado da política de altos juros, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, são nos países em desenvolvimento ainda mais dolorosos porque o sector não está tão competitivo como nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a indústria também sofreu bastante. A política económica de Collor está voltada principalmente contra o sector moderno que se formou no processo de industrialização nacional. Esse sector iria sofrer muito com uma abertura abrupta de mercados. O suporte dele vem do sector agro-industrial, que lucra com essa internacionalização. Assim o poder político-económico volta para as mãos das élites rurais, o sector mais atrasado cultural e politicamente.

Mas também *de baixo* a legitimidade dos actores nacionais é atacada. A organização populista ao nível nacional causou o *crescimento da burocracia estatal*. Contra isso formou-se, já há alguns anos, um movimento de descentralização que resultou na nova Constituição de 1988, dando mais poderes aos municípios e estados. A esquerda promoveu a descentralização como instrumento para *democratizar o Estado*. Essa foi a ideia de Montoro, quando começava a popularizar o «poder local» em 1982. A direita, de outro lado, quer usar o poder local para continuar a *privatizar o Estado* (Resende, 1990, pp. 28-30), como Quéricia mostrou na última eleição, usando de habilidade na negociação de votos em favor de Fleury no interior paulista. A privatização de empresas propriedade do Estado nacional também acelera a desorganização do capitalismo brasileiro.

Apesar da desorganização «de cima» e «de baixo» a regulação nacional também está desorganizada *de dentro*, significando que a sua organização como sociedade industrial já não se baseia basicamente no conflito entre capital e trabalho. Na sociedade industrial os sindicatos nacionais conseguiam organizar o mercado de trabalho, proporcionando uma melhor representação da mão-de-obra nas negociações com os patrões. Assim, eles conseguiam tornar-se uns dos principais representantes dos interesses da sociedade em geral. Hoje o trabalho já não é a actividade principal das pessoas na Europa e os representantes do mundo do trabalho perderam influência também (Offe, 1984; Gorz, 1989). Uma profissão para a vida inteira já não é formadora principal de uma identidade. Tudo isso é resultado da *flexibilização do mercado de trabalho*. «The same T-shirts can be produced by large scale factories in India, co-operatives in the 'Third Italy', sweatshops in New York or London, or family labour systems in Hong Kong. Eclecticism in labour practices seems almost as marked in these times as the eclecticism of post-modern philosophies and tastes.» (Harvey, 1989, p. 187.) Também o processo de trabalho está caracterizado pelo princípio pós-moderno de *anything goes* (tudo é permitido).

Junto com a política neoliberal, que causou o baratamento de mão-de-obra, cresceram nos países industrializados os *serviços pessoais*, como institutos de beleza, restaurantes, trabalhos domésticos, que antigamente no

Brasil eram feitos pelos escravos e hoje pela população marginalizada no mercado de trabalho. Mas foram esses extractos no mercado de trabalho que causaram o «milagre ocupacional» nos Estados Unidos de Reagan. O crescimento da chamada sociedade de dois terços na Europa está a aproximar a Europa do Terceiro Mundo, resultado da pioria na distribuição de renda nos países europeus.

Percebe-se facilmente as semelhanças com o mercado de trabalho brasileiro. Demorou até aos anos 20 para se formar na terra brasileira um mercado de trabalho — oferta e procura de mão-de-obra — (Alencastro, 1987, p. 20). Mas esse mercado sempre ficou caracterizado em relação ao seu passado escravagista e até hoje não aceita o trabalhador como «colaborador» cooperando. Como já afirmei, o Fordismo brasileiro nunca foi capaz de integrar uma faixa semelhante à da Europa no sector regulado e formal da economia. As centrais sindicais nunca superaram a divisão partidária e ganharam expressividade nacional. Nunca se implantaram contratos colectivos. Uma faixa importante ficou sempre com contratos «flexíveis» de trabalho como os «bóias-frias». Por exemplo, o mercado de trabalho pós-moderno, mais uma vez, tem pouco a ver com o progresso no sentido de melhoria de vida. Ele tem bastante semelhança com o sector informal, até há pouco símbolo de atraso e do tradicional.

O mercado de trabalho pós-moderno, que os neoliberais querem implantar, dá ênfase nas decisões individuais. Escolher inclui a possibilidade de dizer «não» que, por sua vez, depende da propriedade, que proporciona uma certa independência do mercado de trabalho. No Brasil essa sociedade de individualismo possessivo, que liga a liberdade à propriedade e ao acesso ao mercado, rouba a uma grande parte da população a sua liberdade. Liberdade para poucos, o conceito de liberdade das élites, e não dos modernizadores dos anos 30, é tão-pouco representa uma novidade numa ex-sociedade escravagista.

3 — Política

A terceira parte deste artigo tenta buscar alternativas políticas ao individualismo possessivo dos neoliberais que combinem ideias tradicionais com pós-modernas. Argumentei que a alternativa está na realização do projecto moderno, levando-se em consideração as raízes brasileiras e as mudanças pós-modernas.

a) Individualismo possessivo neoliberal

A esquerda, que nasceu com o movimento da Revolução Francesa e devido a isto é parte integral da modernidade, tem hoje, apesar do adversário tradicional — os conservadores — um novo opositor: os pós-modernos neoliberais. A estratégia dos neoliberais ataca o Estado e a indústria nacional, que são os fundamentos da política nacional-populista. A força da pós-modernidade é a crítica. E, verdadeiramente, tem-se muito a criticar na organização estatal e na indústria nacional. Mas eles não são capazes de oferecer uma alternativa que não esteja fadada ao fracasso. Na crítica ao Estado, muitos deles baseiam-se

na Inglaterra de Margret Thatcher. Collor, por exemplo, nunca ataca o sistema económico, mas somente o Estado opressor como fonte de qualquer dominação. Para ele a busca de justiça social pelo Estado só cria possibilidades de enriquecimento para poucos: dos sindicalmente organizados contra os não organizados; dos importadores contra os exportadores.

Destruindo esse sistema ineficiente, os neoliberais querem mostrar que são os verdadeiros revolucionários, e a esquerda fica a defender o *status quo*, o modelo nacional-popular (Lehmann, 1990, p. 76).

Os conservadores — de Reagan a Delfim Neto — no fundo simpatizam com um Estado forte. As críticas deles contra o Estado precisam ser entendidas conjunturalmente. Na ditadura a direita tirava bastante proveito do Estado. Agora, num sistema democrático, onde a maioria da população também poderia usufruir dos bens do Estado para fins próprios, ela rejeita a intervenção estatal. Mas a verdadeira natureza do neoliberalismo mostra-se no seu ataque frontal a qualquer tentativa de organização social e na supremacia absoluta do mercado. Os neoliberais acreditam que qualquer organização social sempre representa um elemento antidemocrático, privilegiando os organizados dos não organizados (Lehmann, 1990, p. 77). Thatcher também queria destruir tudo o que havia entre o Estado e o indivíduo. Ela até negou que essa coisa chamada «sociedade» existisse (Bauman, 1988; Dahrendorf, 1989).

O neoliberalismo, como já foi dito, é a volta do individualismo possessivo, que encontra na mentalidade machista raízes fecundas.

O valor de um homem define-se na sua independência de outros homens, afirmou Sérgio Buarque de Holanda em 1937. Cada um por si, é o lema do desenvolvimento neoliberal. Quanto menor a intervenção no mercado melhor. O neoliberalismo latino-americano, baseando-se no Otro Sendero do peruano Hernando de Soto (1987) vê nos autónomos, no sector informal, os heróis do desenvolvimento. Deixá-los trabalhar em paz, sem intervenção estatal, promoverá o desenvolvimento. Contra as élites — claramente só dentro da máquina estatal — o salvador da pátria, a quem se delegou o poder, tem de lutar.

b) Alternativas políticas

Das experiências nos países industrializados sabe-se que a possibilidade da volta à regulação nacional do Fordismo parece muito remota (Lash e Urry, 1987). Mas como se pode defender as ideias modernas de igualdade, liberdade e solidariedade hoje no Brasil? Existem três programas que, sem simplificação exagerada, podem ser identificados com três partidos políticos. O PDT (Partido Democrático Trabalhista) representa a aliança entre o tradicional e o moderno. O PT (Partido dos Trabalhadores) é o único partido moderno no Brasil, capaz de fazer alianças com o sector tradicional e pós-moderno. O PSDB (Partido Social-Democrata Brasileiro) é um partido pós-moderno, orientado a fazer aliança com o sector moderno. As três estratégias incluem elementos que podem ajudar a fazer a sociedade brasileira mais justa e democrática, como mostrarei no capítulo final. Começemos com o PT, o partido com mais semelhanças com os partidos europeus.

b1) A esquerda moderna: PT

Na modernização fordista os interesses do mundo do trabalho dominam todos aspectos da vida. Até os partidos se definem em relação aos meios de produção. Os parceiros sociais também representam o capital e o trabalho. Por isso os partidos sociais-democratas e os sindicatos encontravam-se no mesmo barco: um crescia com o outro. Essa política foi incentivada com a centralização e organização do capitalismo.

O PT, como único partido brasileiro que se define como «partido de classe», vê na *distribuição desigual de renda e da riqueza o problema principal do país*, relegando os outros problemas a um segundo plano. Embora sendo tão polémica a discussão dentro do PT sobre a social-democracia, o PT tem — tal como a social-democracia europeia — uma aliança orgânica com o movimento sindical, a CUT. Esta última difere dos sindicatos europeus do fordismo, porque além dos metalúrgicos tem uma *forte presença em sindicatos da classe média*, que têm identidades bem diferenciadas do proletariado tradicional (Rodrigues, 1990a e 1990b).

A classe média está numa situação difícil. Ela ganhou com o crescimento do sector moderno no Brasil, seja nas indústrias onde se precisava de pessoal qualificado, seja no sistema educacional, que proporcionava possibilidades de ascensão social, seja na criação do Estado de bem-estar, que privilegia o sector formal da economia. Por outro lado, ela está a sofrer mais com os cortes nos gastos públicos na última década. Os salários dos professores e todos os servidores públicos estão a sofrer um arrocho salarial prolongado. Com os cortes de verbas destroem-se a escola pública e as universidades — um dos principais avanços nas lutas modernas dos anos 30. A mesma coisa acontece no sector da saúde. *Temendo cair socialmente, estes sectores organizam-se para se defender*. Embora culturalmente bem diferentes dos pobres, eles podem aliar-se com base na redistribuição da renda.

Porém o PT, por outro lado, tem de mudar a sua cultura política, mostrando-se como partido que aceita a cultura da classe média como dominante no Brasil, deixando para trás os velhos mitos da construção de uma cultura proletária, que só raramente existiu no Brasil (Perlman, 1975; Caldeira, 1984) e tornar-se um partido aberto a uma pluralidade de interesses. O PT pode ser capaz disso porque tem, apesar da sua presença nos sindicatos, uma forte ligação com movimentos nos bairros periféricos das cidades e com os «Sem Terras» no campo. Aproveitando-se das experiências nesses movimentos, pode criar organizações fortes fora do mundo do trabalho, algo muito importante num capitalismo heterogéneo e desorganizado.

b2) A esquerda pós-moderna: PSDB

A social-democracia europeia sempre foi ligada à produção industrial em massa. Ela cresceu com o Fordismo e caiu com a sua crise também num conflito de identidade, pois já não é o mundo do trabalho que cria as identidades colectivas para a acção colectiva. A flexibilização e heterogenização do mundo do trabalho, por um lado, e o surgimento de problemas no mundo vivenciado

— ecologia, paz, feminismo, democracia — mudaram a organização da sociedade fundamentalmente. O *consumo* está a substituir o trabalho como fonte de identidades. Não é o trabalho, mas o que se consegue consumir, que define a pessoa. Esse pós-fordismo pode ser simbolizado hoje pelo *shopping center*, lugar de consumo, substituindo a fábrica, lugar de produção. Isso está reflectido na mudança estrutural no sector de empregos em São Paulo, por exemplo, onde os empregos na indústria estão a cair enquanto os empregos nos serviços estão a crescer (Rolnik *et. al.*, 1990).

O PSDB não tem nada a ver com a social-democracia europeia, a não ser o seu compromisso reformista. Ele considera-se como o partido mais «moderno» no Brasil (Jaguaribe, 1990). Mas, baseado no que foi dito acima, esse partido de intelectuais e personalidades internacionais tem posições fortemente contrárias às tendências modernas de organização, centralização e homogeneização já descritas neste artigo.

Conhecendo as contradições do processo de modernização nos países do Norte, onde se propõe no lugar da organização social a individualização da sociedade, a privatização e a abertura de mercados, tudo isto características pós-modernas, o PSDB está a tentar realizar também esse projecto paradoxo de uma modernização pós-moderna, algumas vezes difícil de distinguir do projecto neoliberal de Collor. A desorganização pós-moderna proposta pelo PSDB é claramente apoiada por alguns sectores dos *media*, especialmente pela *Folha de São Paulo*, que se entende como o «papa do pós-modernismo».

A diferença entre o PSDB e os neoliberais «colloridos» está no facto de aceitarem uma tensão entre o pós-moderno como neoliberalismo e individualismo possessivo e o pós-moderno que liberta as pluralidades de expressões individuais e sociais. Por isso existe uma aproximação na área da política com os partidos verdes da Europa, que se baseiam nessa segunda corrente da pós-modernidade.

Os partidos verdes estão a ligar-se fortemente aos novos movimentos sociais que defendem a pluralidade de formas de vida contra a universalização de uma economia de mercado. O PSDB quer fortalecer a sociedade civil, cada vez mais capaz de se auto-organizar. Ele sabe da necessidade de construir a cidadania e de se fazer políticas diferentemente das formas convencionais da esquerda (Laclau e Mouffe, 1985; Cardoso, 1988). Mas isso não rende votos no Brasil, como mostrou a campanha psdbista em São Paulo para governador, em 1990, onde somente o PSDB tentou a abordagem de temas ecológicos e candidatou uma mulher ao cargo de vice-governador. A tentativa do PSDB de uma modernização pós-moderna pura, sem levar em conta a heterogeneização da sociedade brasileira, só tem de acabar como um programa para uma minoria que consegue ficar «pós-materialista» numa nação carente. Lash e Urry mostraram em cinco países industrializados que o capitalismo era o mais organizado nesses países, os processos de desorganização foram os mais lentos, a organização capitalista foi a menos avançada e a desorganização foi a mais rápida.

Por isso vejo o pós-moderno especialmente problemático numa sociedade como a brasileira, onde o moderno nunca se implantou como nas sociedades europeias, onde o pós-moderno é até certo ponto uma reacção contra os lados

opressivos da burocratização e homogeneização moderna. Mas o Brasil nunca alcançou uma homogeneização social que permitisse um antímovimento necessário. O que o Brasil precisa é mais e não menos organização.

b3) A esquerda tradicional: Brizola

A falha do PSDB em entender a realidade brasileira já não acontece com Brizola e o seu PDT, verdadeiro herdeiro do populismo brasileiro em toda sua ambiguidade. Eu chamo o PDT «esquerda tradicional» porque não pretende somente realizar a modernização nacional-populista, mas também utiliza as práticas tradicionais de clientelismo e estatismo para o conseguir.

A análise do PDT parte da ideia de que o Brasil é uma *sociedade dual* onde parte da população se define do lado de fora ou à margem dessa sociedade. Onde nem é apenas explorada mas também *excluída* da sociedade, da qual só participa parcialmente. Isso é resultado de um sistema económico heterogéneo (Unger, 1989, A3). As camadas da população que não foram integradas na produção fordista, os «capitalistas sem capital», têm uma inclinação pelas ideias conservadoras. Para os autónomos o capital não é o inimigo principal mas o Estado como fiscal. Menos intervenção estatal é um programa bem atraente para eles. A estratégia do PT centrada no mundo do trabalho exerce pouco fascínio para a população que trabalha no sector informal.

Brizola, sempre subestimado em São Paulo e pelos intelectuais, pode dar uma boa lição para a esquerda, porque mostra que se precisa de um *socialismo brasileiro*, adaptado à realidade concreta do Brasil, levando-se em conta as suas raízes autoritárias. Nesse capitalismo concreto não só se precisa redistribuir entre os de dentro — capital e trabalho — mas *integrar os de fora do sistema* (Touraine, 1989, p. 52).

Ignorando o processo de desorganização nacional e considerando a onda do «pós» como exagerada, o socialismo do PDT continua a basear-se no Estado nacional como actor central. Assim ele não se aproveita da sociedade e das suas organizações para reorganizar o Estado nacional falido, desacreditado e burocratizado. E, finalmente, os populistas são sempre aliados difíceis de se prever. Brizola apoiou Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e agora aliou-se a Collor na ECO-92. É bom lembrar também que Carlos Menem, populista peronista, foi eleito com um programa antineoliberal!

c) Fortalecer a sociedade civil como meio da redistribuição

Os conceitos de Lashe Urry, somados a uma análise histórica, mostraram a sua relevância para entender a actual conjuntura no Brasil. Eles despertam a atenção para os verdadeiros processos de desorganização ou, no caso do Brasil, talvez melhor dizendo, desestruturação, que se escondem atrás do discurso da modernização. Mostrou-se o retorno às estruturas tradicionais do passado promovido pelo discurso modernizador dos neoliberais. A esquerda não se deve deixar enganar e abandonar o projecto moderno que se implantou

somente parcialmente no Brasil. Os valores de liberdade, igualdade e solidariedade não perderam validade, embora pareçam fora de moda. Só o caminho da sua implantação está a mudar, baseando-se hoje no fortalecimento da sociedade civil como meio da redistribuição. A sociedade, co-gerindo os assuntos públicos, pode dar ao Estado novamente o seu papel de regulador da economia, perdido na crescente burocratização.

As três estratégias descritas acima têm as suas respectivas vantagens:

A auto-organização da sociedade como princípio de redes não hierárquicas também no mundo vivenciado e como parceiro do Estado é a contribuição do pós-moderno nesse projecto. A ênfase nas raízes autoritárias e no capitalismo desorganizado que precisam ser organizados pelo Estado é a contribuição do populismo brizolista. A importância do mundo do trabalho em todas as sociedades capitalistas e a ênfase na necessária redistribuição de renda é a contribuição do PT. Todos esses elementos são necessários para um novo projecto reformista que leve a sério os valores modernos;

O movimento modernista dos anos 30 percebeu que é a *falta de organização social* da sociedade brasileira a causa do subdesenvolvimento (De Holanda, 1989). A sua proposta para solucionar este problema era o fortalecimento do Estado nacional, que, diante das caixas vazias, se torna hoje muito difícil de concretizar. Mas o diagnóstico tem ainda validade e, durante o processo de democratização nos anos 80 a organização da sociedade, desta vez voltada para a construção de uma sociedade civil e de instâncias intermediárias da sociedade, foi o objectivo das reformas. Um dos grandes méritos das prefeituras petistas é a tentativa de institucionalizar a participação popular numa aproximação do Estado com a sociedade. Só de uma *sociedade civil pluralista* pode surgir a pressão aos governantes para impedir uma recaída na ditadura e que os pressione a solucionarem o problema principal do país: a distribuição desigual de renda e da riqueza;

A *solidariedade* — virtude moderna — possui um espaço privilegiado nessa estratégia. A resposta às tendências anti-solidárias só pode ser a busca de novas identidades colectivas porque a médio prazo nenhuma sociedade constituída por indivíduos egoístas é viável. 10 anos de thatcherismo mostraram a necessidade de reformas políticas e morais na Inglaterra. Até o maior jornal de economia inglês, *The Economist*, fala de um necessário renascimento do socialismo: «Que significa socialismo nos anos 90? Tem ainda relevância para a vida das pessoas? A resposta, como o povo britânico está a perceber, está na afirmativa.» (*The Economist*, 1991, p. 19.) Se políticos como Collor e Thatcher querem destruir a sociedade civil, um contraprojecto tem de se basear na ampliação desse espaço colectivo de organização de cidadãos, tanto como fim democrático em si quanto como meio de uma mudança radical das estruturas injustas.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (1987), «A Pré-Revolução de 30». *Novos Estudos*, n.º 18, pp. 17-21, São Paulo, CEBRAP.
- AVELINHO FILHO, George (1987), «As Raízes de Raízes do Brasil», *Novos Estudos*, n.º 18, pp. 33-41, São Paulo, CEBRAP.
- BAUMAN, Zygmunt (1988), «Britain's exit from politics», in *New Statesman & Society*, n.ºs 34-38, 29 de Julho de 1988, Londres.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1984), *A Política dos Outros: O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o Que Pensam do Poder e dos Poderosos*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- CARDOSO, Ruth Correa Leite (1988), «Isso é Política? Dilemas da participação entre moderno e pós-moderno», *Novos Estudos*, n.º 20, Março, pp. 74-80, São Paulo, CEBRAP.
- DAHRENDORF, Ralf (1989), «Zehn Jahre und kein bißchen leise. Margret Thatchers konservative Revolution — ein Frontalangriff auf die britische Gesellschaft», *Die Zeit*, n.º 19, 5 de Maio de 1989, p. 3, Hamburgo.
- DRAIBE, Sonia Miriam (1990), «As Políticas de Combate à Pobreza na América Latina», *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, pp. 18-24, São Paulo, SEADE.
- FELDMANN, Paulo Roberto (1990), «Os equívocos da nova política industrial», *Folha de São Paulo*, 31 de Julho de 1990, B2.
- FURTADO, Celso (1975), *Die wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens*, Munique, Wilhelm Fink Verlag.
- GEIGER, Pedro P., e DAVIDOVICH, Fany R. (1986), «The spatial division of the state in the political-economic development of Brazil», in Scott, A. J., e Storper, M., *Production, Work, Territory*, pp. 281-298, Londres, Allen & Unwin.
- GORZ, André (1989), *Métamorphoses du travail. Quête du sens. Critique de la raison économique*, Paris, Galilée.
- HARVEY, David (1989), *The Conditions of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Basil Blackwell.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1989 [1936]), *Raízes do Brasil*. São Paulo, José Olympio.
- JAGUARIBE, Hélio (1990), «Atualização dos conceitos de esquerda e direita. Para entrar nos anos 90», *Folha de São Paulo*, 4 de Janeiro de 1990, A3, São Paulo.
- JAMESON, Fredric (1991), *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham, Duke University Press.
- LACLAU, Ernesto, e MOUFFE, Chantal (1985), *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a radical democratic politics*, Londres, Verso.
- LASH, Scott, e URRY, John (1987), *The End of Organized Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- LEHMANN, David (1990), *Democracy and Development in Latin America. Economics, Politics and Religion in the Post-War Period*, Cambridge, Polity Press.
- LIPIETZ, Alain (1986), «New Tendencies in the international division of labor: regime of accumulation and modes of regulation», in Scott e Storper, *Production, Work, Territory*, pp. 16-40, Londres, Allen & Unwin.
- MASSEY, Doreen (1984), *Spatial Divisions of Labour: Social Structures and the Geography of Production*, Londres, Macmillan.
- MAC PHERSON, C. B. (1962), *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*, Oxford, Clarendon Press.
- MELO, Marcus André B. C. (1990), «Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil 1940-1988)», in Valladares, L., e Preteceille, E., *Reestruturação Urbana: Tendências e desafios*, pp. 168-180, São Paulo, Nobel.
- MOUFFE, Chantal (1988), «Radical Democracy: Modern or Postmodern?», in Ross, A., *Universal Abandon?*, pp. 31-45, Edingburgh, University of Edingburgh.
- NATTER, Ehrenfried, e RIEDLSPERGER, Alois (Hrsg.) (1988), «Zweidrittelgesellschaft: Spalten, splittern-oder solidarisieren?», *Soziale Brennpunkte*, Wien, Euroopa Verlag.
- OFFE, Claus (1984), «Arbeitsgesellschaft»: *Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven*, Frankfurt, Campus.
- OLIVEIRA, Francisco de (1987), *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*, São Paulo, Paz e Terra.
- ORTIZ, Renato (1990), «Advento da Modernidade?», in *Lua Nova*, n.º 20, Maio, pp. 19-30.
- PERLMAN, Janice E. (1976), *The Myth of Marginality, Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*, Berkeley, University of California Press.
- RESENDE, Paulo-Edgar A. (1990), «A República pela Via da Federação. São Paulo em Perspectiva», *Revista da Fundação SEADE*, vol. 4, n.º 1, pp. 28-31, São Paulo, SEADE.

- RODRIGUES, Leôncio Martins (1990a), *Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política*, São Paulo, Ática.
- (1990b), «O Sindicalismo nos Anos 80: Um Balanço. São Paulo em Perspectiva», *Revista da Fundação SEADE*, vol. 4, n.º 1, pp. 11-19, São Paulo, SEADE.
- ROLNIK, Raquel, et. al. (1990), *São Paulo: Crise e Mudança*, São Paulo, Brasiliense.
- SALLUM, Brasília Jr., GRAEFF, Eduard P., e LIMA, Elisabeth Gomes de (1990), «Eleições Presidenciais e Crise do Sistema Partidário», in *Lua Nova*, n.º 20, Maio, pp. 69-87.
- SANGMEISTER, Hartmut (1989): «Brasilianische Widersprüche», *Zeitschrift für Lateinamerika*, n.º 37, pp. 65-86, Wien.
- SCHWARZ, Roberto (1973), «As ideias fora do lugar», *Estudos CEBRAP*, n.º 3, Janeiro, São Paulo, CEBRAP.
- SOTO, Hernando de (em colaboração com E. Ghersi e M. Ghibellini) (1987), *El Otro Sendero. La Revolución Informal* (prólogo de Mario Vargas Llosa), Instituto Libertad y Democracia, Bogotá, Printer Colombiana, Ltda., 6.ª ed.
- THE ECONOMIST (1991), «Our labour manifesto. A vision for Britain», 18 de Maio, pp. 19-21.
- TOURAINÉ, Alain (1989), *Palavra e Sangue. Política e sociedade na América Latina*, São Paulo, Unicamp.
- UNGER, Roberto Mangabeira (1989), «A eleição de 17 de Dezembro — Seis teses», *Folha de São Paulo*, 28 de Novembro de 1989, A3.

